



RELISE

## **BARREIRAS E AÇÕES PARA A SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL: UM ESTUDO DE CASO NO IBAMA/CE<sup>1</sup>**

*Érika Lorena Pereira da Silva<sup>2</sup>*

*Diego de Queiroz Machado<sup>3</sup>*

*Cláudio Bezerra Leopoldino<sup>4</sup>*

*Pedro Phillip Moreira de Farias<sup>5</sup>*

### **RESUMO**

Considerando as necessidades atuais com relação a estudos que colaborem com a difusão da sustentabilidade ambiental, o presente trabalho tem como objetivo analisar as principais barreiras à sustentabilidade ambiental segundo a opinião de profissionais do IBAMA. Para tanto, realiza-se uma pesquisa baseada em um estudo qualitativo que adota como estratégia o estudo de caso. É explorada a opinião de um grupo de servidores que exercem suas atividades na Divisão Técnica Ambiental do IBAMA no estado do Ceará através da aplicação de entrevistas com roteiro baseado na pesquisa de Duarte (2015). As respostas ao estudo revelaram um nível significativo de conscientização dos participantes em relação ao conceito de sustentabilidade e sua importância para a sociedade e para o meio ambiente, identificando quais são os obstáculos mais comuns para desenvolvimento sustentável na sociedade brasileira na visão de profissionais que trabalham em benefício da preservação ambiental.

**Palavras-chave:** Sustentabilidade; Meio ambiente; IBAMA.

### **ABSTRACT**

Considering the current needs in relation to studies that collaborate with the diffusion of environmental sustainability, this paper aims to analyze the main barriers to environmental sustainability according to the opinion of IBAMA professionals. Therefore, a research based on a qualitative study that adopts as

---

<sup>1</sup> Recebido em 14/09/2017.

<sup>2</sup> Universidade Federal do Ceará. erikalpsilva@gmail.com.

<sup>3</sup> Universidade Federal do Ceará. diegoqueirozm@yahoo.com.br.

<sup>4</sup> Universidade Federal do Ceará. claudio.leopoldino@ufc.br.

<sup>5</sup> Universidade Federal do Ceará. philippfarias@hotmail.com

Revista Livre de Sustentabilidade e Empreendedorismo, v. 3, n. 4, p. 51-89, jul-ago, 2018

ISSN: 2448-2889



RELISE

a strategy the case study. The opinion of a group of employees who work in the Environmental Technical Division of the IBAMA in the state of Ceará is explored through interviews with a script based on Duarte's research (2015). The responses to the study revealed a significant level of awareness of participants regarding the concept of sustainability and its importance to society and the environment, identifying the most common obstacles to sustainable development in Brazilian society in the view of professionals working in benefit of environmental

**Keywords:** Sustainability; Environment; IBAMA.

## INTRODUÇÃO

No atual contexto de globalização e elevada produção industrial, a sustentabilidade pode ser definida como a adoção de estratégias e atividades voltadas para a prevenção da degradação e a proteção do meio ambiente. Ou seja, são as ações e atividades humanas que visam suprir as necessidades atuais dos seres humanos, sem o comprometimento das gerações futuras, conceito definido pela Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento em 1987. Está relacionada com o equilíbrio entre o desenvolvimento econômico e material sem agredir o meio ambiente, com o intuito de garantir a manutenção dos recursos naturais.

Como a questão ambiental tem sido muito debatida nos dias atuais, as empresas passaram a tentar minimizar seus impactos ao meio ambiente, uma vez que há um aumento da conscientização da população. Para Garcia (2006), os motivadores para adoção do desenvolvimento sustentável pelas organizações são, basicamente, de caráter social, ambiental, econômico e estratégico.

A partir da análise de alguns estudos, é perceptível que existem obstáculos que impedem a adoção de medidas sustentáveis de maneira eficiente. Gifford (2008) reuniu um conjunto de barreiras psicológicas à sustentabilidade quando se consideram os problemas ambientais na lógica de um dilema social, tais como: falta de controle comportamental percebido;



RELISE

53

negação; falta de identificação com a comunidade; hábitos etc. Duarte (2015) identificou barreiras como: falta de compreensão do conceito de sustentabilidade; atitude; resistência à sustentabilidade; dentre outros. Rorato (2015) identificou a viabilidade financeira para proporcionar condições e recursos para desenvolver uma cultura de cidadania organizacional como barreira, assim como Teixeira e Azevedo (2013) revelou que os gestores são normalmente pressionados a reduzir os custos dos projetos que gerenciam, inviabilizando medidas sustentáveis.

É importante ressaltar que a maioria das pesquisas analisadas foram realizadas em empresas privadas e não com agentes de fiscalização de um órgão público. Considerando as necessidades atuais com relação a estudos que colaborem com a difusão da sustentabilidade ambiental, como também a visão de servidores que exercem suas atividades em um órgão que atua na fiscalização e aplicação de penalidades administrativas ambientais ou compensatórias pelo não cumprimento das medidas necessárias à preservação ou correção da degradação ambiental, o presente trabalho tem como objetivo geral analisar as principais barreiras à sustentabilidade ambiental segundo a opinião de profissionais do IBAMA.

Para tanto, realiza-se uma pesquisa baseada em um estudo qualitativo que adota como estratégia o estudo de caso. É explorada a opinião de um grupo de servidores que exercem suas atividades na Divisão Técnica Ambiental da Superintendência do IBAMA, no estado do Ceará, sobre barreiras à sustentabilidade ambiental.

## **SUSTENTABILIDADE: ORIGEM E CONCEITOS**

Comparando-se o atual estilo de vida da população mundial com o de gerações passadas, é facilmente perceptível que existe um grande aumento na



RELISE

utilização dos recursos naturais devido ao aumento da população. Pitton (2009, p. 92) explica que:

Historicamente, o agravamento da situação ambiental na Terra teve início no final do século XVIII, após a Revolução Industrial, posto que a partir dessa época houve uma melhoria das condições de vida na sociedade, contribuindo para o crescimento populacional que suscitou a necessidade de investimento em novas técnicas de produção, voltadas ao atendimento da demanda cada vez maior por bens e serviços. Tal fato resultou na intensificação da exploração dos recursos naturais e, conseqüentemente, no aumento da produção de bens de consumo.

Nascimento (2012) diz que o desenvolvimento mundial tornou-se menos sustentável, pois os recursos não renováveis poderão acabar em alguns anos. O consumo de energia vem aumentando e sua oferta poderá ser insuficiente para atender à demanda e o lixo gerado viajando cada vez para mais longe são exemplos da insustentabilidade global.

Na década de 1960, inicia-se um aumento significativo da consciência ambiental com a publicação, em 1962, do livro *A Primavera Silenciosa* de autoria de Raquel Carson. O livro trata da compreensão das interconexões entre o meio ambiente, a economia e as questões relativas ao bem-estar social, ocasionando um incremento da preocupação ambiental com o impacto das atividades do homem sobre o meio ambiente.

No que se refere aos conceitos de sustentabilidade, ressalta-se que o termo desenvolvimento sustentável, com o qual mantém uma relação estreita, foi conceituado em 1987 no Relatório Brundtland, intitulado *Nosso Futuro Comum*, da Organização das Nações Unidas. Foi estabelecido que desenvolvimento sustentável é o que “satisfaz as necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras satisfazerem as suas próprias necessidades”, levando em consideração a sustentabilidade ambiental, econômica e social.

Segundo Afonso (2006), sustentabilidade está relacionada com a manutenção qualitativa e quantitativa dos recursos ambientais, sendo os



RELISE

55

recursos utilizados sem danificar suas fontes ou limitar a capacidade de suprimento com objetivo de suprir as necessidades atuais e futuras de modo igualitário. Ou seja, é o termo utilizado para definir ações e atividades humanas que visam suprir as necessidades atuais dos seres humanos, sem comprometer o futuro das próximas gerações. Ademais, está diretamente relacionada ao desenvolvimento econômico e material sem agredir o meio ambiente, usando os recursos de maneira inteligente para que se mantenham no futuro.

Menezes, Gomes e Dantas (2016) ressaltam que a adoção de práticas e ações sustentáveis possibilita para as organizações economia de custo, preservação do meio ambiente e reaproveitamento de material. Além disso, representa vantagem competitiva, uma vez que atribui valor ao negócio, fazendo com que a empresa tenha um diferencial em relação à concorrência.

De acordo com o caderno de debate da Agenda 21, elaborado por Leonardo Boff em 2006, a sustentabilidade significa que no processo evolucionário e na dinâmica da natureza vigoram interdependências, redes de relações inclusivas, mutualidades e lógicas de cooperação que permitem que todos os seres convivam, evoluam e se ajudem para permanecerem vivos e garantir a biodiversidade.

O conceito de sustentabilidade, conforme Boff (2012, p. 107), é apresentado a seguir:

Sustentabilidade é toda ação destinada a manter as condições energéticas, informacionais, físico-químicas que sustentam todos os seres, especialmente a Terra viva, a comunidade de vida e a vida humana, visando sua continuidade e ainda atender as necessidades da geração presente e das futuras, de tal forma que o capital natural seja mantido e enriquecido em sua capacidade de regeneração, reprodução e coevolução.

Na visão de Barbieri (2007), o conceito tradicional de sustentabilidade é originado nas Ciências Biológicas e aplicado aos recursos naturais renováveis, principalmente aos que podem acabar devido à exploração descontrolada. A



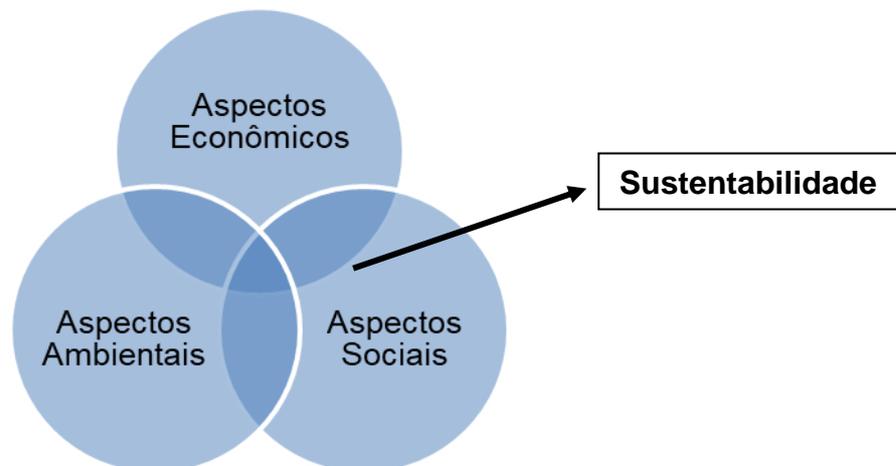
RELISE

56

sustentabilidade apoia-se na ideia de que somente é possível a exploração permanente se estiver restrita apenas ao incremento do período, geralmente um ciclo anual, para que seja preservada a base dos recursos. Já para os recursos não renováveis, como os combustíveis de origem fóssil, a sustentabilidade será sempre questão de tempo, pois os limites físicos das suas fontes serão alcançados em determinado momento, caso seja mantida a exploração continuada.

Para Elkington (2001), as três dimensões do desenvolvimento sustentável são: econômica, social e ambiental. Para tratar das questões relacionadas à sustentabilidade, é necessária integração das três dimensões citadas. A figura 1 colabora para o entendimento do conceito de sustentabilidade de forma integrada, pois estão contidos os aspectos econômicos, ambientais e sociais, que devem interagir de forma holística, para satisfazer o conceito.

Figura 1 - Dimensões do desenvolvimento sustentável



Fonte: Adaptado de Elkington (2001).

A sustentabilidade social “visa alcançar um patamar razoável de homogeneidade social com distribuição de renda justa e a promoção da igualdade no acesso aos recursos e serviços sociais” (SACHS, 2008, p. 85). Trata-se do capital humano e é imprescindível observar como a atividade



RELISE

57

econômica afeta a comunidade ao redor, levando em consideração problemas gerais da sociedade como educação, violência e lazer.

A sustentabilidade ambiental “preza pelo respeito à capacidade de autodepuração dos ecossistemas naturais e não pela preservação do potencial do capital natureza na sua produção de recursos renováveis” (SACHS, 2008, p. 86). Refere-se ao capital natural de um empreendimento ou sociedade no pequeno, médio e longo prazo.

Para Sachs (2008), a sustentabilidade econômica estabelece que a eficiência econômica deve ser avaliada em termos macrossociais, sendo atingida com medidas como desenvolvimento econômico equilibrado, segurança alimentar e capacidade de modernização contínua dos instrumentos de produção. Faz-se necessário analisar os temas ligados à produção, distribuição e consumo de bens e serviços, equilibrando a produção com a preservação ambiental.

O manual de educação para o consumo sustentável, elaborado pelo Ministério do Meio Ambiente, Ministério da Educação e Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor em 2005, torna evidente a necessidade de adotar, na exploração dos recursos naturais, a Política dos 3R's (Reduzir, Reutilizar e Reciclar) para combater as causas da degradação ambiental através da prevenção, como também para minimizar a emissão de poluentes, reduzir o uso de insumos e aumentar o reaproveitamento de materiais.

## **SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL E MEIO AMBIENTE**

Segundo Mucelin e Bellini (2008), a criação das cidades e a crescente ampliação das áreas urbanas têm contribuído para o crescimento de impactos ambientais. Determinados aspectos culturais, como o consumo de produtos industrializados e a necessidade da água como recurso natural vital, influenciam o ambiente. Os costumes e hábitos no uso da água e a produção



RELISE

58

de resíduos pelo exacerbado consumo de bens materiais são responsáveis por parte das alterações e impactos ambientais. Essas alterações ambientais físicas e biológicas modificam a paisagem e comprometem ecossistemas ao longo do tempo.

Para Fernandez (2004), as alterações ambientais ocorrem por inumeráveis causas, algumas são naturais e outras são consideradas não naturais, pois são oriundas das intervenções do homem. O desenvolvimento tecnológico contemporâneo e as culturas das comunidades têm contribuído para que essas alterações, naturais ou não, intensifiquem-se.

Almeida (2007) explica que os ecossistemas são sistemas complexos de interação. Portanto, os organismos vivos (plantas, animais, micro-organismos) e seu meio ambiente abiótico (não vivo) estão inter-relacionados. Também afirma que é indiscutível o fato de que as atividades humanas estão utilizando os serviços ambientais em um ritmo que não é mais garantida a capacidade dos ecossistemas atenderem às necessidades das futuras gerações, pois a demanda por água, alimentos e energia para servir a população em crescimento representa um custo maior que o suportado pelo ambiente.

Segundo Odum e Barrett (2007), a Ecologia é o estudo da casa ambiental e inclui todos os organismos dentro dela juntamente com todos os processos funcionais que tornam a casa habitável. É considerada uma disciplina sistemática, que tem como campo de estudo não apenas o ser, animal ou vegetal, mas seu habitat, seu modo de vida e suas relações. Apesar de a Ecologia ter origem na Biologia, por tratar inicialmente dos campos animal e vegetal, ela emergiu como uma ciência integrativa, que liga processos físicos e biológicos, formando uma forte interação entre as ciências naturais e sociais, ou seja, relação meio ambiente e sociedade. Muito tempo após o



RELISE

59

reconhecimento da Ecologia como ciência é que as questões ambientais passaram a ser preocupação para a humanidade.

Aligleri *et al.* (2002, p. 62) citam, sobre a questão ambiental, que:

A internacionalização de economias nacionais, a reestruturação dos processos produtivos na indústria, seus desdobramentos sobre o mundo do trabalho e a crise de hegemonia do Estado são algumas das mudanças que se somam a um intenso processo de discussão do futuro da humanidade do planeta, caracterizado pela centralidade das questões ambientais no debate contemporâneo.

Para Barbieri *et al.* (2010, p. 150), a “sustentabilidade, na dimensão ambiental, preocupa-se com os impactos ambientais pelo uso de recursos naturais e pelas emissões de poluentes”, ou seja, é a manutenção e a sustentação dos ecossistemas. O Relatório Brundtland, redigido em 1987 pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, cita que para existir sustentabilidade ambiental é preciso não pôr em risco os elementos naturais que sustentam a integridade global do ecossistema: a qualidade do ar, dos solos, das águas e dos seres vivos. Para isso, é preciso encontrar novas tecnologias para reduzir a pressão sobre o meio ambiente, que minimizem o esgotamento e propiciem substitutos para os recursos naturais.

Na pesquisa desenvolvida sobre sustentabilidade ambiental, Souza e Ribeiro (2013) citam que:

De acordo com o documento Agenda 21, a sustentabilidade ambiental está relacionada a padrões de consumo e de produção sustentáveis e uma maior eficiência no uso de energia para reduzir, ao mínimo, as pressões ambientais, o esgotamento dos recursos naturais e a poluição. Os governos, em conjunto com setor privado e a sociedade, devem atuar para reduzir a geração de resíduos e de produtos descartados, por meio da reciclagem, nos processos industriais e na introdução de novos produtos ambientalmente saudáveis.

Souza e Ribeiro (2013) também explicam que o termo desenvolvimento sustentável ficou consolidado e atrelado às dimensões ambiental, social e econômica, sem hierarquia e sobreposições entre essas três vertentes da sustentabilidade. Diversas áreas incorporaram os princípios do



RELISE

60

desenvolvimento sustentável que eram propostas alternativas ao desenvolvimento econômico, criando novos campos do conhecimento como: agricultura sustentável, turismo sustentável e sustentabilidade empresarial, dentre outros.

Na visão de Sachs (1993, p.23):

A sustentabilidade ambiental pode ser alcançada por meio da intensificação do uso dos recursos potenciais para propósitos socialmente válidos; da limitação do consumo de combustíveis fósseis e de outros recursos e produtos facilmente esgotáveis ou ambientalmente prejudiciais, substituindo-se por recursos ou produtos renováveis e/ou abundantes e ambientalmente inofensivos; redução do volume de resíduos e de poluição; intensificação da pesquisa de tecnologias limpas.

Para Jacobi (2003, p. 195):

A ideia de sustentabilidade implica a prevalência da premissa de que é preciso definir limites às possibilidades de crescimento e delinear um conjunto de iniciativas que levem em conta a existência de interlocutores e participantes sociais relevantes e ativos por meio de práticas educativas e de um processo de diálogo informado, o que reforça um sentimento de corresponsabilidade e de constituição de valores éticos. Isto também implica que uma política de desenvolvimento para uma sociedade sustentável não pode ignorar nem as dimensões culturais, nem as relações de poder existentes e muito menos o reconhecimento das limitações ecológicas, sob pena de apenas manter um padrão predatório de desenvolvimento.

Na perspectiva do Ministério do Meio Ambiente, a sustentabilidade ambiental está vinculada a adoção de princípios e estratégias para o conhecimento, a proteção e a recuperação do meio ambiente, o uso sustentável dos recursos naturais, a valorização dos serviços ambientais e a inserção do desenvolvimento sustentável. Para isso, são necessárias ações que preservem o meio ambiente e políticas que tenham como um dos principais objetivos a sustentabilidade, pois todos são responsáveis pela preservação ambiental: governos, empresas e cada cidadão.

As organizações e a sociedade devem atentar para o futuro da humanidade e o meio ambiente, tomando cuidado com o uso de insumos da natureza, usufruindo desses sem causar danos. No contexto urbano marcado



RELISE

61

pela degradação permanente do meio ambiente e do seu ecossistema, os impactos ambientais são resultado de todo consumo excedente da natureza. Portanto, ser sustentável vai além do cuidar do meio ambiente, é contribuir com o crescimento socioambiental atentando para atitudes sustentáveis.

### **BARREIRAS À SUSTENTABILIDADE**

Iglesias, Caldas e Rabelo (2014) destacam algumas das barreiras psicológicas à sustentabilidade descritas por Gifford como as potencialmente mais relevantes para a realidade cultural brasileira, tais como: embotamento ambiental, falta de controle comportamental percebido, incerteza, negação e hábitos.

A ideia de embotamento ambiental foi desenvolvida por Gifford em 1976 e reúne tanto aspectos de dormência como de ignorância, constituindo barreira psicológica. A frequente exposição aos problemas ambientais gera comportamentos de ignorar mensagens relevantes e reações de adaptação que impedem ações mais sustentáveis. Debates sobre o aquecimento global e suas causas mostram como uma parcela da população desconhece a real existência do problema, ou pelo menos o papel humano nessa dinâmica, favorecendo a falta de compromisso no plano individual. (IGLESIAS; CALDAS; RABELO, 2014)

Na teoria do comportamento planejado de Fishbein e Azjen (2010 *apud* IGLESIAS; CALDAS; RABELO, 2014), a falta de controle comportamental percebido é uma das variáveis fundamentais para aumentar o poder preditivo da atitude sobre a ação e refere-se à crença sobre fatores que podem facilitar ou dificultar nosso desempenho. A incerteza se expressa no comportamento e atitude de pessoas que argumentam que pequenas iniciativas, como a separação do lixo doméstico e consumo sustentável, são ínfimas perto do que ocorre a nível industrial.



RELISE

62

Outra barreira psicológica refere-se à simples negação do problema ambiental. Ela tem bases freudianas, pois remete a mecanismos de defesa do ego investigados não somente na psicanálise, como também inspiradores da literatura contemporânea sobre personalidade. Koger e Winter (2010) examinaram como esses mecanismos nos protegem de sensações de desconforto quando somos confrontados com evidências de degradação do meio-ambiente, via racionalização, intelectualização ou deslocamento, entre outros (IGLESIAS; CALDAS; RABELO, 2014).

Com relação à barreira psicológica gerada pelos hábitos, pode-se ressaltar que a adoção de hábitos sustentáveis no dia a dia ajuda a reduzir os impactos ambientais que a sociedade provoca na natureza. Caso sejam praticados regularmente e por todos, ajudam a conservar a biodiversidade, melhorando a qualidade de vida atual e das próximas gerações, uma vez que a sustentabilidade é responsabilidade de todos. Por exemplo, a diminuição do uso de copos descartáveis proporciona grande benefício para a natureza, uma vez que o plástico polui o meio ambiente, ou seja, tudo está interligado. Com isso, para que práticas sustentáveis tornem-se hábito na sociedade brasileira, é necessário investimento em educação ambiental.

Na pesquisa realizada por Duarte (2015), as respostas dos participantes revelaram um nível significativo de sensibilização para os aspectos semânticos, atitudinais, organizacionais e barreiras sistêmicas que impediram que as práticas de sustentabilidade fossem efetivamente alcançadas no Brasil. Duarte (2015) identificou barreiras como: falta de compreensão do conceito de sustentabilidade; atitude; resistência à sustentabilidade; ausência de pensamento sistêmico; incapacidade de comportamentos sustentáveis ao longo da cadeia de suprimentos; e cultura consumista impulsionada pelo capitalismo.

Duarte (2015) explica que a falta de clareza no conceito de sustentabilidade foi amplamente reconhecida pelos participantes como um obstáculo às metas de sustentabilidade. A falta de conhecimento em relação à sustentabilidade ou ignorância foi atribuída à insuficiente educação pública



RELISE

63

sobre questões ambientais criando uma atitude de descuido, uma vez que as pessoas não são capazes de apreciar a importância de comportamentos sustentáveis. As barreiras de atitude foram destacadas nas atitudes egoístas que muitas vezes impedem a realização de metas de preservação ambiental no Brasil, como a falta de interesse em práticas sustentáveis da sociedade brasileira que impede a efetiva mobilização das pessoas para se envolver em comportamentos ambientalmente responsáveis.

A resistência à sustentabilidade devido ao medo do desconhecido e por não querer sair da zona de conforto, como também por atitudes negativas é refletida em comentários obtidos durante a pesquisa de Duarte (2015) sobre a eficiência e o custo dos projetos de educação ambiental. Também é importante citar a barreira política, uma vez que as mudanças de governo impactam nas ações de proteção ao meio ambiente, principalmente quando os novos líderes não são comprometidos com a sustentabilidade.

A ausência de pensamento sistêmico foi identificada por Duarte (2015) como um grande obstáculo, pois cria uma visão do mundo que impede uma compreensão mais profunda das questões de sustentabilidade e aprendizagem, sendo barreira ao desenvolvimento da cultura de sustentabilidade coesa nas organizações. A máquina do capitalismo que infunde valores materialistas e comportamento consumista é também uma grande barreira, apresentando-se como o maior desafio para um compromisso de longo prazo com a sustentabilidade no Brasil.

Rorato (2015) diz que umas das maiores barreiras de implantação de uma gestão focada na responsabilidade social e sustentabilidade é a viabilidade financeira para proporcionar condições e recursos para desenvolver uma cultura de cidadania organizacional. O entendimento do propósito da mudança e direcionamento por parte dos colaboradores é um desafio para



RELISE

64

desenvolver soluções que comuniquem de maneira efetiva o posicionamento da empresa, sendo necessária uma política inovadora de gestão.

A Instrução Normativa nº 01, de 19 de janeiro de 2010, dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional e dá outras providências. Um estudo realizado por Teixeira e Azevedo (2013, p. 21) revelou que “as compras na administração pública, de materiais, obras e serviços, dentro dos novos padrões ambientais, num primeiro momento implicaram em maiores custos. Os gestores são normalmente pressionados a reduzir os custos dos projetos que gerenciam”.

Por isso, o impacto financeiro que as medidas sustentáveis geram nos custos diretos das obras é apontado como barreira pela maioria dos gestores públicos que sinalizam preocupações com justificativas que terão que apresentar junto aos órgãos de controle sobre o aumento direto dos custos das obras para adequação a Instrução Normativa, o que indica que a IN, apesar de emanada da esfera federal de governo poderá sofrer um bloqueio na esfera local de execução.

A pesquisa de Ávila *et al.* (2016) apresenta como barreira o Governo e as instituições, devido às restrições impostas pelos governos, além da falta de apoio financeiro e a preocupação em atender às exigências burocráticas. Além disso, questões administrativas (adoção de políticas ambientais, falta de planejamento estratégico voltado à sustentabilidade) e a falta de conscientização de que a sustentabilidade é um imperativo maior que requer uma mudança de mentalidade.

A partir dos conceitos apresentados e das barreiras identificadas em estudos prévios percebe-se que existem vários obstáculos que impedem a adoção completa de ações voltadas para o desenvolvimento sustentável no Brasil. Em resumo, essas barreiras são psicológicas, culturais, políticas,



RELISE

65

organizacionais, financeiras e atitudinais. Este trabalho pode contribuir com a otimização de pesquisas futuras, proporcionando a possibilidade de reflexão no sentido de verificar a percepção de profissionais que atuam em diferentes setores sobre o entendimento do que é sustentabilidade ambiental e quais as barreiras para que ela se torne hábito no Brasil.

### **SOBRE O IBAMA**

O Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis é uma autarquia de regime especial vinculada ao Ministério do Meio Ambiente e foi criado pela Lei nº 7.735, de 22 de fevereiro de 1989, a partir da integração de quatro órgãos: Superintendência da Borracha - SUDHEVEA; Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal - IBDF; Superintendência do Desenvolvimento da Pesca - SUDEPE e Secretaria Especial do Meio Ambiente - SEMA.

Tem sede em Brasília, Distrito Federal, e jurisdição em todo o território nacional, tendo como finalidades exercer o poder de polícia ambiental de âmbito federal; executar ações das políticas nacionais de meio ambiente relativas ao licenciamento ambiental, ao controle da qualidade ambiental, à autorização de uso dos recursos naturais e à fiscalização, monitoramento e controle ambiental.

A estrutura organizacional do IBAMA compõe-se de: Presidência; Conselho Gestor; Procuradoria Federal Especializada; Auditoria; Corregedoria; Diretoria de Qualidade Ambiental; Diretoria de Licenciamento Ambiental; Diretoria de Proteção Ambiental; Diretoria de Uso Sustentável da Biodiversidade e Florestas; Diretoria de Planejamento, Administração e Logística; Centro Nacional de Monitoramento e Informações Ambientais; Superintendências; Gerências Executivas; e Unidades Técnicas.

Nota-se que as atividades estão agrupadas de acordo com as funções



RELISE

desempenhadas dentro do Órgão, estando departamentalizadas por áreas do conhecimento e de atuação, tendo como vantagem a especialização do trabalho.

*Estabeleceu-se como missão para o instituto: proteger o meio ambiente, garantir a qualidade ambiental e assegurar a sustentabilidade no uso dos recursos naturais, executando as ações de competência federal. Para visão, direção desejada pela instituição, almeja-se ser referência ambiental na promoção do desenvolvimento do país.*

*Os objetivos estratégicos são os fins a serem perseguidos pela organização para o cumprimento de sua missão institucional e o alcance de sua visão de futuro. No planejamento, para os anos de 2016 a 2019, foram elaborados objetivos estratégicos, distribuídos em cinco perspectivas do mapa estratégico, os quais alguns são descritos a seguir:*

- a) Qualidade ambiental garantida: garantir padrões de qualidade do meio ambiente, que propiciem a vida saudável para as presentes e as futuras gerações;
- b) Meio ambiente protegido: promover ações de proteção do meio ambiente, direito fundamental previsto na Constituição Federal, sendo dever do poder público e da coletividade defendê-lo e preservá-lo;
- c) Uso sustentável dos recursos naturais: contribuir para que o modelo de desenvolvimento ocorra de forma a conciliar o crescimento econômico a uma adequada utilização e preservação dos recursos ambientais propiciando a inclusão social;
- d) Promover o licenciamento ambiental como mecanismos de desenvolvimento sustentável do país: ampliar a efetividade e transparência do processo de licenciamento ambiental e dos demais atos autorizativos, bem como aprimorar a capacidade de acompanhamento pós-licença ambiental;
- e) Ampliar a efetividade do controle ambiental: promover estratégias de



RELISE

controle e fiscalização ambiental que propiciem a dissuasão dos ilícitos e a efetiva recuperação de dano ambiental;

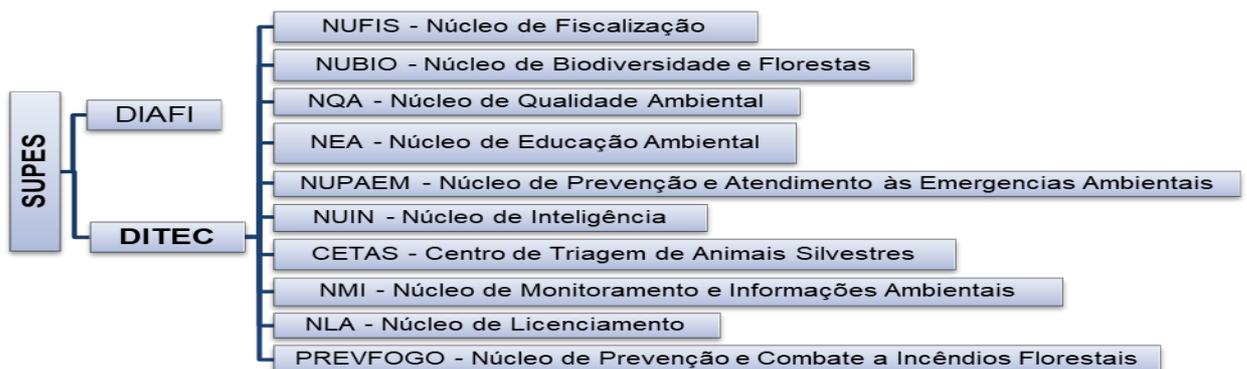
f) Promover parcerias interinstitucionais de gestão ambiental: estabelecimento de novas parcerias com outras instituições visando a cooperação, a padronização de coleta e a disponibilização de dados ambientais, como forma de integrar e fortalecer o Sisnama.

*A Superintendência do IBAMA no Estado do Ceará*

As superintendências localizam-se em cada uma das vinte e sete unidades da federação, sendo que sua jurisdição abrange o espaço geográfico da unidade federativa em que está sediada, podendo ser redefinida em ato específico do presidente do órgão.

A Superintendência do Estado do Ceará está localizada na cidade de Fortaleza e sua estrutura organizacional é departamentalizada por função. Atualmente, possui cerca de 140 servidores em exercício, contribuindo para a atuação do órgão em todo o Estado do Ceará. Além da sede em Fortaleza, o IBAMA possui unidades avançadas em Aracati, Iguatu e Sobral, que estão em processo de extinção até o final do ano de 2017. Segue o organograma da SUPES/CE:

Figura 2 – Organograma da SUPES/CE



Fonte: Site do IBAMA

([https://ibamanet.ibama.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=3139&Itemid=289#supes](https://ibamanet.ibama.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=3139&Itemid=289#supes))



RELISE

De acordo com o regimento interno, à SUPES compete a coordenação, o planejamento, a operacionalização e a execução das ações do IBAMA em âmbito estadual, bem como a supervisão técnica e administrativa das gerências executivas e das unidades técnicas localizadas nas áreas de sua jurisdição, especialmente:

- a) Supervisionar a execução e executar as ações federais derivadas das políticas nacionais de meio ambiente, relativas ao exercício do poder de polícia ambiental, ao licenciamento ambiental, ao controle da qualidade ambiental, à autorização de uso dos recursos naturais e a fiscalização, monitoramento e controle ambiental;
- b) Executar e fazer executar ações de articulação institucional com os órgãos ambientais integrantes do SISNAMA, visando à atuação complementar e compartilhada da gestão ambiental;
- c) Instituir Equipe Técnica para tramitação e instrução dos processos de apuração de infrações ambientais na SUPES e nas unidades avançadas;
- d) Instituir autoridades julgadoras para julgamento de processos de apuração de infrações ambientais.

À Divisão Técnica Ambiental compete executar as ações, programas, projetos e atividades relacionadas ao licenciamento, à qualidade ambiental, ao uso dos recursos ambientais e a fiscalização ambiental federal.

Para isso, são executadas ações relacionadas à avaliação de impactos ambientais; à educação ambiental; à geração, integração e disseminação de conhecimentos relativos ao meio ambiente; ao licenciamento ambiental de atividades, empreendimentos, produtos e processos considerados efetiva ou potencialmente poluidores, bem como daqueles capazes de causar degradação ambiental; à implementação dos cadastros técnicos federais de atividades e instrumentos de defesa ambiental e de atividades potencialmente



RELISE

poluidoras ou utilizadoras dos recursos ambientais; à prevenção e controle do desmatamento, das queimadas e dos incêndios florestais.

Os profissionais que atuam na DITEC executam diretamente as atividades relacionadas à proteção ambiental e as ações das políticas nacionais de meio ambiente, colaborando para manutenção da biodiversidade brasileira através do trabalho de monitoramento, prevenção, educação e fiscalização.

## **METODOLOGIA**

A presente pesquisa caracteriza-se como qualitativa, uma vez que a essa metodologia preocupa-se em analisar e interpretar aspectos mais profundos, fornecendo análise mais detalhada sobre as investigações, e adota o estudo de caso como estratégia de pesquisa. O estudo de caso refere-se ao levantamento com mais profundidade de determinado caso ou grupo humano sob todos seus aspectos, sendo uma categoria de pesquisa cujo objeto é uma unidade que é analisada profundamente (MARCONI; LAKATOS, 2010).

Segundo Yin (2005), o estudo de caso é uma investigação empírica que pesquisa um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto da vida real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não estão claramente definidos. Portanto, são mais adequados para situações em que o pesquisador decide investigar determinados fenômenos no contexto usual do campo objeto da investigação.

O caso estudado foi o IBAMA, com foco na percepção dos seus profissionais sobre as principais barreiras à sustentabilidade ambiental e foi escolhido de modo intencional, pois é perceptível a ausência de pesquisas neste tipo de instituição, uma vez que os estudos encontrados foram realizados com gestores de empresas privadas.

Também foi utilizada a pesquisa documental, através de um



RELISE

70

levantamento no que diz respeito a estudos prévios realizados em empresas privadas, e não com agentes de fiscalização, com o intuito de identificar as barreiras à sustentabilidade ambiental. Esse levantamento possibilitou ampliar o conhecimento conceitual sobre o assunto abordado e comparar as barreiras identificadas em empresas públicas e privadas. Conjuntamente foram reunidas informações sobre o órgão pesquisado no site do IBAMA e no site do Ministério do Meio Ambiente, além de consultar leis que versam sobre a proteção ambiental.

Além da pesquisa documental, tendo em vista analisar as principais barreiras à sustentabilidade ambiental segundo a opinião de profissionais do IBAMA, utilizou-se como método de coleta a entrevista aberta, desenvolvida a partir de um roteiro elaborado com base na pesquisa de Duarte (2015). As entrevistas foram encaminhadas para o e-mail institucional dos pesquisados entre os dias 20 de abril e 20 de maio de 2017. Conforme Creswell (2010), a entrevista por e-mail permite ao pesquisador controlar a linha do questionamento e direcionar a pesquisa. Neste caso, funcionários de um órgão público que têm como função proteger o meio ambiente, levando em consideração o potencial de conhecimento teórico e prático que tais funcionários têm para fornecer informações relevantes para a questão investigada.

Foram entrevistados 15 profissionais que atuam na Divisão Técnica Ambiental (DITEC) da Superintendência do IBAMA no Estado do Ceará, sendo que a maioria dos entrevistados ocupa cargo de gestão dentro do órgão e também exerce a função de agente de fiscalização, participando de operações por todo o Brasil. O grupo de 15 pessoas, conforme apresenta o Quadro 1, é composto por servidores de nível superior, com áreas de formação profissional bem diversificada, e foi suficiente para produzir achados válidos, uma vez que a pesquisa qualitativa não requer grandes amostras, pois a obtenção de dados



## RELISE

71

significativos pode ocorrer com pequenas amostras e o objetivo do estudo é explorar percepções a partir de experiências pessoais.

Quadro 1 - Informações sobre os participantes da pesquisa

ENTREVISTADO	CARGO	TEMPO NO ÓRGÃO	SETOR
Entrevistado 1	Superintendente	3 meses	Superintendência/CE
Entrevistado 2	Superintendente Substituto e Autoridade Julgadora de 1ª instância (Analista Ambiental)	9 anos	Superintendência/AJG/CE
Entrevistado 3	Assessor (Analista Ambiental)	10 anos	Assessoria/CE
Entrevistado 4	Autoridade Julgadora de 1ª instância (Analista Ambiental)	17 anos	AJG/CE
Entrevistado 5	Chefe da Divisão Técnica Ambiental e Coordenador da Fiscalização (Analista Ambiental)	11 anos	DITEC/NUFIS/CE
Entrevistado 6	Analista Ambiental	11 anos	NUBIO/CE
Entrevistado 7	Analista Ambiental	12 anos	NUBIO/CE
Entrevistado 8	Analista Ambiental	9 anos	NUBIO/CE
Entrevistado 9	Responsável por núcleo (Analista Ambiental)	10 anos	NMI/CE
Entrevistado 10	Coordenador Substituto do núcleo (Analista Ambiental)	28 anos	NEA/CE
Entrevistado 11	Coordenador de núcleo (Analista Ambiental)	14 anos	NLA/CE
Entrevistado 12	Responsável por núcleo (Analista Ambiental)	11 anos	NUPAEM/CE
Entrevistado 13	Responsável substituto por núcleo (Analista Ambiental)	12 anos	NUPAEM/CE
Entrevistado 14	Responsável substituto por núcleo (Analista Ambiental)	14 anos	PREVFOGO/CE
Entrevistado 15	Responsável pelo núcleo de pesquisa e monitoramento	14 anos	PREVFOGO/CE

Fonte: Elaborado pelos autores.

A análise de dados envolve lógica dedutiva e indutiva. As principais categorias dedutivas extraídas da revisão da literatura foram barreiras à sustentabilidade: semânticas, de atitude, políticas e sistêmicas. Para Creswell (2010, p. 208), “na análise de dados indutiva o pesquisador qualitativo cria seus

Revista Livre de Sustentabilidade e Empreendedorismo, v. 3, n. 4, p. 51-89, jul-ago, 2018

ISSN: 2448-2889



RELISE

72

próprios padrões e categorias de baixo para cima, organizando dados em unidades de informações cada vez mais abstratas”. A lógica indutiva permitiu a identificação de temas que não foram detectados previamente pelo pesquisador, como corrupção, ineficiência do poder público e ausência de inovação na área ambiental.

A codificação dos dados foi feita manualmente, envolvendo o uso de marcadores coloridos para identificar temas durante a leitura das entrevistas, o que permitiu aperfeiçoar a identificação de temas relevantes. A análise dos dados foi produzida durante a leitura reiterativa dos textos em comparação com a literatura estudada. A fundamentação teórica construída orientou a elaboração da estrutura da entrevista (coleta dos dados) e direcionou a análise, colaborando com a identificação de informações consideradas relevantes, além de ajudar na identificação das que não tinham uma associação direta com o objeto da pesquisa.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Para orientar a análise dos resultados, segmentou-se a apresentação e análise dos resultados em três partes: sobre sustentabilidade e sua importância; barreiras e causas; e ações do IBAMA.

### *Sobre sustentabilidade e sua importância*

Por citar as três dimensões do desenvolvimento sustentável, uma visão bastante interessante sobre o conceito de sustentabilidade foi:

“A sustentabilidade pode ser entendida como o tratamento da coisa presente considerando-se a necessidade de ser mantida a continuidade dos benefícios por ela auferidos, da geração atual para as que a sucederão. Em outras palavras, a sustentabilidade, seja ela econômica, social, ambiental ou qualquer outra, requer a manutenção da capacidade produtiva dos sistemas, evitando-se o seu esgotamento, para que haja o usufruto dos recursos, bens e serviços tanto no presente como no futuro” (ENTREVISTADO 15).



RELISE

73

O conceito citado pelo entrevistado vai ao encontro da definição de desenvolvimento sustentável do Relatório de Brundtland, pois ressalta a importância da manutenção da capacidade de satisfazer as gerações presentes e futuras, como também converge com o conceito de sustentabilidade dado por Afonso (2006), visto que trata da manutenção da capacidade produtiva concomitante com a utilização racional dos recursos ambientais.

O quadro 2 apresenta um resumo das principais visões sobre o conceito de sustentabilidade obtidos na pesquisa e tem como objetivo facilitar a identificação dos temas que geralmente estão presentes na definição desse conceito.

Ao analisar o Quadro 2, percebe-se um alinhamento no posicionamento dos pesquisados quanto ao conceito apresentado. Essa convergência pode ter sido ocasionada pelo fato da maioria dos profissionais entrevistados possuírem grande experiência na área ambiental, por exercerem suas atividades no IBAMA, em média, há dez anos. É possível inferir que a garantia de suprir as necessidades da atual geração sem comprometer os recursos necessários para as próximas gerações é a base do conceito de sustentabilidade.

O modo ecologicamente correto para se executar as atividades econômicas deve ser característica essencial dos processos produtivos como condição de garantir a continuidade da oferta do produto ou serviço sem a degradação ambiental. Essa característica pode ser conquistada através da adoção de um conjunto de normas e ações que tem como objetivo um desenvolvimento sustentável.

Em condições naturais os ecossistemas mantêm-se dinamicamente equilibrados, porém o não comprometimento da sociedade com a sustentabilidade ambiental e as formas de produção em grande escala sem a



RELISE

74

preocupação com a escassez dos recursos ambientais, prejudicam o equilíbrio natural do meio ambiente, o que acarretará no esgotamento dos recursos. Ou seja, a utilização racional dos recursos naturais depende do conjunto de inter-relações que conciliem interesses sociais, ambientais e econômicos com o intuito de assegurar a continuidade dos recursos naturais.

Quadro 2 – Resumo da visão sobre o conceito de sustentabilidade

<b>Conceitos de sustentabilidade</b>
<ul style="list-style-type: none"><li>• Garantir o suprimento das necessidades da atual geração sem comprometer os recursos necessários para a existência das gerações que estão por vir.</li><li>• Característica inerente àquilo que é sustentável, ou seja, àquilo que se mantém em longo prazo. Utilização racional dos recursos naturais para satisfação das necessidades humanas, sem que isso comprometa o equilíbrio ambiental.</li><li>• Conceito de consumo dos recursos naturais de modo e medida que possibilitem as gerações futuras também fazerem uso de tais recursos.</li><li>• Conjunto de inter-relações decorrentes da relação sociedade com o ambiente a partir de um pressuposto ético humanitário de uso dos recursos ambientais, objetivando a manutenção da vida no planeta.</li><li>• Forma de se executar determinada atividade econômica, como o mínimo de impactos ambientais e com vistas a garantir a sua continuidade às gerações seguintes, sem o esgotamento dos recursos e sendo viável social e economicamente.</li><li>• Conjunto de ações que visam a utilização racional e responsável dos recursos naturais, de forma a permitir seu uso tanto para a presente como para as futuras gerações, conciliando interesses sociais, econômicos e ambientais.</li><li>• Característica ou condição de um processo ou de um sistema que permite a sua permanência.</li><li>• Ações em relação ao uso e aproveitamento racional dos recursos naturais renováveis e não renováveis para que possibilite a sobrevivência das gerações futuras.</li><li>• Qualidade que permite que atividades sejam realizadas em tempo indeterminado, conciliando interesses sociais, ambientais e econômicos.</li><li>• Sustentabilidade ambiental pode ser entendida como a garantia de que a utilização dos recursos naturais não prejudicará sua manutenção, inclusive para futuras gerações.</li><li>• Conjunto de normas e ações que tem como objetivo um desenvolvimento sustentável.</li><li>• Diz respeito ao uso sustentável dos recursos naturais, com o mínimo impacto sobre o meio ambiente e permitindo o seu uso pelas futuras gerações.</li><li>• A sustentabilidade, seja ela econômica, social, ambiental ou qualquer outra, requer a manutenção da capacidade produtiva dos sistemas, evitando-se o seu esgotamento, para que haja o usufruto dos recursos, bens e serviços tanto no presente como no futuro.</li></ul>

Fonte: Dados da pesquisa.

O entendimento do que é sustentabilidade é essencial para internalização da necessidade de utilizar racionalmente os recursos naturais. Para isso é preciso mobilizar, capacitar e integrar as três dimensões para a sustentabilidade, objetivando o manejo sustentável do patrimônio ambiental.



RELISE

Como também, integrar os princípios do desenvolvimento sustentável nas políticas e programas nacionais para reverter os danos já ocasionados ao meio ambiente.

O quadro 3 reúne a importância da sustentabilidade na visão dos respondentes. Ao analisá-lo é possível depreender que a utilização racional dos recursos ambientais para garantir a perpetuidade para gerações futuras, ao mesmo tempo em que conceitua, demonstra a importância vital da adoção de hábitos sustentáveis.

Quadro 3 – Resumo da visão sobre a importância da sustentabilidade.

<b>Importância da sustentabilidade</b>	
<ul style="list-style-type: none"><li>• Estratégica;</li><li>• Vital;</li><li>• Perpetuidade da própria espécie humana;</li><li>• Sobrevivência da sociedade e do meio ambiente;</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Saúde da sociedade;</li><li>• Manutenção do bem-estar;</li><li>• Qualidade de vida;</li><li>• Ambiente equilibrado.</li></ul>

Fonte: Dados da pesquisa.

Segundo profissionais do IBAMA, a adoção de medidas sustentáveis tem importância: estratégica; vital; para perpetuidade da própria espécie humana; para sobrevivência da sociedade e do meio ambiente; para saúde da sociedade; para manutenção do bem-estar; para qualidade de vida e para um ambiente equilibrado.

É estratégica e vital porque está relacionada com a “sobrevivência da sociedade, que necessita de recursos para se manter, e se o sistema não for sustentável vai ocorrer o colapso” (ENTREVISTADO 8). “É primordial para a sobrevivência de todos os seres e para saúde da sociedade que depende diretamente da sustentabilidade ambiental” (ENTREVISTADO 12).

Sua importância para a sociedade pode ser vista pela:

“Manutenção do bem-estar que a disponibilidade assegurada de recursos e serviços proporciona, resultando em melhor qualidade de vida e possibilidade de crescimento e desenvolvimento em um ambiente equilibrado ou, no mínimo, resiliente” (ENTREVISTADO 15).



## RELISE

76

A relevância da sustentabilidade está em promover a conservação do meio ambiente, reduzindo determinadas ações, como a produção industrial poluidora, o desmatamento, dentre outras. É necessário que todos compreendam a ideia de que desenvolvimento sustentável não significa crescer menos economicamente, mas fazer a economia crescer com responsabilidade ambiental. Para isso, alguns exemplos de ações sustentáveis são: controle do desmatamento; reflorestamento; conservação de rios e demais cursos d'água; e adoção de medidas para diminuir a necessidade de novos recursos naturais, tais como diminuição do consumo e reciclagem.

### *Sobre as barreiras e suas causas*

As respostas obtidas durante a pesquisa revelaram barreiras psicológicas, culturais, políticas, organizacionais, financeiras e atitudinais que, na visão dos entrevistados, impedem que ações sustentáveis façam parte dos hábitos da sociedade brasileira.

O quadro 4 apresenta o resumo das principais barreiras citadas pelos servidores do IBAMA e tem o objetivo de facilitar a demonstração de que os padrões temáticos que surgiram nas entrevistas assemelham-se com os empecilhos identificados na literatura.

Foram apontadas diversas barreiras, mas as questões de “natureza social, econômica e financeira afetam sobremaneira a sustentabilidade ambiental” (ENTREVISTADO 15). Na resposta destacada pode-se observar que foram citadas as três dimensões do desenvolvimento sustentável estudadas por Elkington (2001), ou seja, a integração de aspectos para que seja atingida a sustentabilidade.



RELISE

Quadro 4 – Resumo das barreiras identificadas.

<b>Barreiras</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Atitude;</li> <li>• Pouco investimento no desenvolvimento de pesquisas e novas tecnologias limpas;</li> <li>• Ausência de estímulo para empresas que queiram investir em métodos de produção e produtos sustentáveis;</li> <li>• Educação Ambiental precária;</li> <li>• Déficit de recursos humanos e financeiros para controle e fiscalização do uso dos recursos naturais;</li> <li>• Corrupção;</li> <li>• Atraso em relação ao uso de técnicas e de tecnologias menos impactantes;</li> <li>• Excesso de leis e a multiplicidade de órgãos de atuação;</li> <li>• Burocracia;</li> <li>• Morosidade da máquina pública;</li> <li>• Não fortalecimento dos órgãos ambientais e políticas e legislação voltadas ao meio ambiente mais condizentes com a realidade;</li> <li>• Ausência de políticas, mais eficientes, de incentivo à gestão ambiental dos empreendimentos;</li> <li>• Falta de ação sistemática (eficiente, efetiva e eficaz) dos órgãos ambientais e demais entes do poder público;</li> <li>• O egoísmo na utilização dos recursos naturais;</li> <li>• Capitalismo, imediatismo na obtenção de lucros ao invés de usar os recursos naturais por mais tempo;</li> <li>• Não comprometimento dos gestores de um sistema ou processo ambiental;</li> <li>• Não comprometimento da sociedade com a sustentabilidade ambiental;</li> <li>• Desconhecimento do funcionamento de um sistema ou processo do ambiental, com vista ao seu equilíbrio;</li> <li>• Interesses econômicos;</li> <li>• Sucateamento de órgãos fiscalizadores e licenciadores;</li> <li>• Necessidade de aperfeiçoamento da legislação;</li> <li>• Ingerências políticas prevalecendo sobre decisões técnicas;</li> <li>• Formas de produção;</li> <li>• Interferência das grandes corporações e do agronegócio na gestão ambiental brasileira.</li> <li>• Condições econômicas;</li> <li>• Precariedade política;</li> <li>• Baixo nível educacional e de consciência ambiental dos indivíduos;</li> <li>• Modelo de exploração predatória dos recursos naturais;</li> <li>• Sociedade voltada para o consumo.</li> </ul>

Fonte: Dados da pesquisa.

As questões culturais também podem ser consideradas obstáculos, porém “um peso maior deve ser creditado ao modelo de exploração predatória dos recursos naturais, aliado a um sentimento vigente no geral da sociedade de que os recursos são inesgotáveis, e que esses estão a serviço do bem-estar do homem, custe o que custar” (ENTREVISTADO 15). Infere-se a mentalidade



RELISE

78

imprevidente, inconsequente e imediatista das pessoas e das organizações, bem como a passividade com relação aos danos que são causados ao meio ambiente, a “crença que a responsabilidade de fazer é sempre do outro e do estado” (ENTREVISTADO 6) e a clara ausência de uma postura cidadã na sociedade brasileira pela falta de conscientização das pessoas.

As barreiras políticas e legais citadas nas entrevistas são excesso de leis, multiplicidade de órgãos de atuação (gera conflito de competências e atuação) e interferências políticas, devido ao excesso de poder econômico e ao excesso de poder político das grandes corporações e do agronegócio. “O Estado desorganizado, corroído pela corrupção e com excessiva carga legislativa que exige cada vez mais aparato estatal, mais fiscalização, tendente a se tornar letra morta” (ENTREVISTADO 6).

“Apesar do discurso político favorável à defesa do meio ambiente e em favor da sustentabilidade, os governos não deram o passo seguinte: definitivamente compreender a sustentabilidade como fator de desenvolvimento. Para grande parte dos legisladores, governantes, membros do poder judiciário e empresariado, respeito ao meio ambiente ainda é fator inibidor (um atraso) para desenvolvimento econômico. Um equívoco!” (ENTREVISTADO 1).

A maioria das formas de produção que utilizam recursos naturais não tem a preocupação de mitigar os impactos negativos de suas atividades. Dessa forma o empreendimento se beneficia de um recurso comum do povo, mas repassa ao resto da sociedade os prejuízos ambientais de sua atividade. Muitos impactos ambientais, como a poluição e o desmatamento, são causados por grandes corporações e pelo agronegócio, que interferem bastante na gestão ambiental brasileira.

Como os imperativos econômicos são mais importantes para o governo do que as necessidades educacionais e ambientais, o entrevistado 5 cita que “a falta de investimentos (barreira financeira) maciços em educação, de fortalecimento dos órgãos ambientais, de políticas e legislação voltadas ao meio ambiente mais condizentes com a realidade e de incentivos mais



RELISE

79

eficientes à gestão ambiental dos empreendimentos” ainda são fortes bloqueios para que o Brasil seja um país sustentável.

Portanto, a máquina do capitalismo que infunde valores materialistas nas pessoas é a maior barreira para atingir metas de sustentabilidade. O maior desafio para um compromisso de longo prazo com a sustentabilidade no Brasil é a mentalidade dos consumidores brasileiros que pode ser modificada através de um grande investimento em educação ambiental.

O quadro 5 apresenta as principais causas para o surgimento dos obstáculos mencionados conforme as respostas dos entrevistados.

Quadro 5 – Resumo das causas das barreiras à sustentabilidade.

<b>Causas</b>
<ul style="list-style-type: none"><li>• Visão dos governantes de que respeito ao meio ambiente é fator inibidor para o desenvolvimento econômico;</li><li>• Falta de investimentos em educação ambiental;</li><li>• Falta de investimentos no aparelhamento dos órgãos ambientais;</li><li>• Nível de educação/escolaridade da sociedade;</li><li>• Atuação deficiente do poder público;</li><li>• Priorização excessiva do lucro nos empreendimentos e atividades;</li><li>• Mentalidade imprevidente, inconsequente e imediatista;</li><li>• Passividade;</li><li>• Estado desorganizado e corroído pela corrupção;</li><li>• Não priorização da questão ambiental;</li><li>• Burocracia;</li><li>• Interferências políticas e interesse de grandes corporações;</li><li>• Excesso de poder econômico e excesso de poder político das grandes corporações e do agronegócio;</li><li>• Conjuntura evolutiva do Estado Brasileiro;</li><li>• Precariedade nos modelos de desenvolvimento econômico e político;</li><li>• Precariedade no sistema educacional e</li><li>• Ausência de uma postura cidadã na sociedade brasileira.</li></ul>

Fonte: Dados da pesquisa.

A falta de educação e de uma consciência generalizada no seio da sociedade de que os bens, coletivos ou não, importam para o conjunto dessa sociedade e não estão a serviço de uns poucos ou de grandes corporações, leva à ausência de uma postura cidadã e da formação de um conceito de



RELISE

80

coletividade. A falta de consciência coletiva quase sempre leva à submissão de muitos a vontade de uns poucos.

Analisando o que foi citado por Iglesias, Caldas e Rabelo (2014), é possível enquadrar a passividade como uma causa psicológica que acarreta em algumas barreiras, tais como: egoísmo na utilização dos recursos naturais, não comprometimento da sociedade, baixo nível de consciência ambiental dos indivíduos e sociedade voltada para o consumo, ou seja, referem-se à simples negação do problema ambiental.

O egoísmo na utilização dos recursos naturais (desperdício de água sem a preocupação com o fato de o recurso poder faltar), o imediatismo para obtenção de lucros ao invés de usar os recursos naturais por mais tempo e a maximização da exploração em curto prazo sem se preocupar com o futuro (como na pesca predatória que pode exaurir os recursos em pouco tempo), são barreiras de atitude e esse tipo de obstáculo também foi destacado na pesquisa de Duarte (2015). A falta de interesse em práticas sustentáveis da sociedade brasileira impede a efetiva mobilização das pessoas para se envolver em comportamentos ambientalmente responsáveis.

“Muito se fala sobre a sociedade de consumo e o desejo das pessoas de ter acesso ao que a modernidade oferece, mas uma parcela significativa dela não tem como usufruir de tais benefícios, consumindo apenas o que sobra de uma minoria que retém para si a maior parte dos bens e serviços. Enquanto tivermos uma visão predatória de inclusão social, onde a importância do indivíduo é avaliada pelo que ele pode consumir, ou pelo que ele efetivamente consome, a expropriação dos recursos naturais será massificada até se alcançar a sua exaustão, impactando de forma quase irreversível a qualidade e a possibilidade de gozo dos bens e serviços ambientais, o que resulta na insustentabilidade do meio ambiente” (ENTREVISTADO 15).

Analisando conjuntamente o quadro 4 (barreiras) e o quadro 5 (causas), percebe-se que ambos apresentam ideias e temas semelhantes, podendo até ser questionado se determinada citação dos entrevistados é realmente uma barreira ou seria sua causa. Por exemplo, a falta de



RELISE

81

investimentos em educação ambiental foi apontada como causa, mas também pode ser considerada uma barreira financeira e cultural. Assim como a visão dos governantes de que respeito ao meio ambiente é fator inibidor para o desenvolvimento econômico (apontado como causa) pode ser um obstáculo devido à priorização dos interesses econômicos (citado como barreira) em detrimento do meio ambiente.

A sociedade avançou bastante sob o ponto de vista da compreensão sobre a importância da sustentabilidade. Muitas pessoas reconhecem a necessidade de preservar o meio ambiente e utilizar de maneira racional os recursos naturais, porém ainda é preciso colocar em prática ações voltadas para sustentabilidade no cotidiano das pessoas. Também é necessário “investimento no desenvolvimento de pesquisas para geração de novas tecnologias limpas e estímulos mais agressivos para empresas que queiram investir em métodos de produção e produtos sustentáveis” (ENTREVISTADO 1).

#### *Sobre as ações do IBAMA*

De acordo com as competências do instituto de exercer o poder de polícia ambiental de âmbito federal e executar ações das políticas nacionais de meio ambiente, relativas ao licenciamento ambiental, ao controle da qualidade ambiental, à autorização de uso dos recursos naturais e à fiscalização, monitoramento e controle ambiental, o IBAMA atua muito no nível operacional na defesa do meio ambiente.

Segundo a opinião de um dos entrevistados:

“A instituição deveria inserir nos seus objetivos e, por conseguinte, nas suas ações institucionais o estímulo à utilização de novas tecnologias e práticas ambientais corretas. Outra questão relevante seria atuar firmemente na formulação de propostas que visem aprimoramento constante da legislação ambiental em vigor” (ENTREVISTADO 1).



## RELISE

82

Quadro 6 – Ações que o IBAMA pode realizar na superação das barreiras citadas.

Ações
<ul style="list-style-type: none"><li>• Estimular a utilização de novas tecnologias e práticas ambientais corretas;</li><li>• Atuar na formulação de propostas que visem aprimoramento constante da legislação ambiental em vigor;</li><li>• Exercer as atividades de controle e de fiscalização ambientais para garantir o uso sustentável dos recursos naturais;</li><li>• Desenvolver ações de educação ambiental, visando à formação e o fortalecimento da consciência ambiental junto à sociedade;</li><li>• Exercer com eficiência a missão de proteção do meio ambiente;</li><li>• Efetivar com competência o Cadastro Técnico Federal;</li><li>• Buscar a excelência dos seus serviços;</li><li>• Elaborar diagnóstico e plano de ação por unidade da federação;</li><li>• Cobrar ações municipais efetivas;</li><li>• Ter transparência nas ações e mudar as políticas internas;</li><li>• Fortalecer o IBAMA nas suas atividades fins: educação ambiental, de fiscalização, licenciamento, gestão da biodiversidade etc;</li><li>• Cumprir o papel de executor da política nacional de meio ambiente.</li></ul>

Fonte: Dados da pesquisa.

O IBAMA, enquanto órgão executor da política nacional de meio ambiente, exerce atividades de controle e de fiscalização ambientais, com vistas a garantir o uso sustentável dos recursos naturais. Por outro lado, também desenvolve ações de educação ambiental, visando à formação e o fortalecimento da consciência ambiental junto à sociedade.

Uma ação que o instituto pode realizar para auxiliar na superação das barreiras identificadas neste estudo é melhorar o trabalho realizado “para exercer com eficiência a missão de proteção do meio ambiente, quanto ao combate ao desmatamento, à poluição dos rios e dos mares” (ENTREVISTADO 4). Além disso, fortalecer o sistema de controle e fiscalização prevista na Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente e efetivar com competência o cadastro técnico federal, previsto no artigo 17, inciso II, do instrumento legal supracitado.

O teor do artigo 17, II, da Lei nº 6.938/81 é:

II - Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, para registro obrigatório de pessoas físicas ou jurídicas que se dedicam a atividades potencialmente poluidoras e/ou à extração, produção,

Revista Livre de Sustentabilidade e Empreendedorismo, v. 3, n. 4, p. 51-89, jul-ago, 2018

ISSN: 2448-2889



RELISE

83

transporte e comercialização de produtos potencialmente perigosos ao meio ambiente, assim como de produtos e subprodutos da fauna e flora.

Os órgãos de proteção ambiental devem buscar sempre a excelência dos seus serviços, dando respostas rápidas e eficazes à sociedade em suas ações, atuando cada vez mais de forma coordenada a nível nacional, através de “diagnóstico e plano de ação por unidade da federação” e da cobrança de “ações municipais efetivas, implicando criminalmente gestores municipais se necessário” (ENTREVISTADO 6).

Atuar preventivamente, com uma educação ambiental que perpassse todos os núcleos do IBAMA, através da promoção de cursos técnicos, discussões com a sociedade para divulgação dos conhecimentos técnicos e “realizar trabalho de fiscalização e monitoramento rico em extensão rural, com transparência nas ações e mudança nas políticas internas.” (ENTREVISTADO 8).

É perceptível a necessidade de investimentos, porém o que tem ocorrido é o contrário. O orçamento destinado ao Ministério do Meio Ambiente (MMA) está menor devido aos cortes realizados pelo Governo Federal. O MMA perdeu 43% do seu orçamento para atender as despesas. Esse corte afeta diretamente as atividades dos órgãos de defesa ambiental como o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), que é responsável por gerir as unidades de conservação federais, e o IBAMA, responsável pelo controle do desmatamento na Amazônia e o combate a incêndios florestais.

“Tentar diminuir ingerências políticas em decisões técnicas, promover aperfeiçoamento de seus procedimentos, divulgar resultados alcançados e a importância da questão ambiental, buscar o aperfeiçoamento de seus recursos humanos, aumento de seu quadro de pessoal, melhoria de sua estrutura física de trabalho e busca de mecanismos de motivação de seus colaboradores” (ENTREVISTADO 11).

Fica explícito que o trabalho do IBAMA, seja no licenciamento ou na fiscalização, repercute na garantia do bom uso dos recursos naturais. “O



RELISE

84

licenciamento procura definir regras para a utilização desses recursos naturais de forma a não prejudicar o próprio recurso e a sociedade. A fiscalização, através de seu poder de dissuasão, também procura impedir o mau uso dos recursos naturais.” (ENTREVISTADO 12).

É consenso dentre os entrevistados a necessidade de fortalecimento e implementação das atividades fins do órgão, tais como educação ambiental, fiscalização, licenciamento e monitoramento, para que seja possível continuar a cumprir o papel de executor da política nacional de meio ambiente. “O desempenho das atribuições do IBAMA reflete na sociedade, e de uma maneira ou outra incute na razão de sua existência, em ordenar o uso dos recursos naturais e minimizar o impacto das atividades humanas sobre o meio” (ENTREVISTADO 15).

Portanto, as ações do IBAMA podem derrubar barreiras como as atitudinais e culturais, através do fortalecimento da educação ambiental; influenciar no combate às barreiras políticas, como órgão vinculado ao Ministério do Meio Ambiente e que pode empenhar-se pela melhoria da legislação ambiental, além de combater os líderes que não são comprometidos com a sustentabilidade; e organizacionais, reforçando a necessidade de fortalecimento dos órgãos que trabalham em benefício da preservação ambiental e no controle do uso racional dos recursos naturais.

Os resultados deste estudo revelam uma boa compreensão dos participantes sobre principais barreiras à sustentabilidade no Brasil. Os respondentes mencionaram barreiras relevantes ao expressar seus pontos de vista que foram ao encontro daquelas expressas na revisão da literatura.

Foram apontadas barreiras psicológicas (por exemplo, egoísmo na utilização dos recursos naturais), culturais (por exemplo, ausência de uma postura cidadã), políticas (por exemplo, excesso de leis e a multiplicidade de órgãos de atuação), organizacionais (por exemplo, déficit de recursos humanos



RELISE

85

e financeiros para controle e fiscalização do uso dos recursos naturais), financeiras (por exemplo, priorização dos interesses econômicos) e atitudinais (por exemplo, sociedade voltada para o consumo).

A perspectiva do capitalismo como obstáculo à sustentabilidade, expressa por alguns dos participantes, levanta possibilidades para pesquisas futuras com foco no papel da reflexão dos gestores que trabalham com sustentabilidade, sendo interessante verificar como as pessoas observam o próprio capitalismo como a barreira final para a sustentabilidade.

## **CONCLUSÃO**

Neste estudo foram analisadas as principais barreiras à sustentabilidade ambiental segundo a opinião de profissionais do IBAMA. Foram relatados os resultados de um estudo de caso que analisou as perspectivas de um grupo específico, servidores que trabalham na área técnica e também são agentes de fiscalização ambiental, em relação aos obstáculos à sustentabilidade.

As respostas ao estudo revelaram um nível significativo de conscientização dos participantes em relação ao conceito de sustentabilidade e sua importância para a sociedade e para o meio ambiente, identificando quais são os obstáculos mais comuns para desenvolvimento sustentável na sociedade brasileira na visão de profissionais que trabalham em benefício da preservação ambiental.

Pode-se dizer que a pesquisa cumpriu sua finalidade por fornecer visões úteis sobre como barreiras à sustentabilidade são percebidas por profissionais que trabalham com atividades relacionadas à fiscalização ambiental e convivem com os danos que são causados ao meio ambiente, pois tentam impedi-los ou fazem com que os danos sejam recuperados através da análise do cumprimento dos planos de recuperação de áreas degradadas.



RELISE

86

Também é possível assinalar questões para pesquisas posteriores, tais como verificar como as pessoas observam o próprio capitalismo como a barreira final para a sustentabilidade; a percepção de servidores públicos que não trabalham em órgãos vinculados ao Ministério do Meio Ambiente a respeito dos obstáculos à sustentabilidade; e como internalizar na sociedade a necessidade de desenvolvimento de novas soluções para problemas ambientais.

A pesquisa também apresenta o paradoxo da experiência dos gerentes que trabalham com proteção ambiental dentro do contexto de uma economia que consome grandes quantidades de recursos naturais por meio de suas atividades extrativistas. Debates sobre o paradoxo entre uma sociedade extremamente consumista e o desenvolvimento sustentável podem, potencialmente, gerar novas explorações futuras com resultados que aumentem o conhecimento sobre o assunto.

A manutenção de uma perspectiva crítica dos obstáculos à sustentabilidade é muito importante. Portanto, é relevante o incentivo às pesquisas que possam identificar as barreiras à sustentabilidade e que os resultados obtidos sejam utilizados como impulso para incentivar a superação desses obstáculos. A sociedade necessita refletir sobre as barreiras culturais e de atitude, uma vez que é necessário que cada parte componente do ecossistema colabore para que o equilíbrio seja mantido.

## REFERÊNCIAS

AFONSO, C.M. **Sustentabilidade: caminho ou utopia?**. São Paulo: Annablume, 2006.

ALIGLERI, L.; ASHLEY, P. A.; BORINELLI, B.; CARDOSO, A. J. G.; CHAVES, J. B. L.; FERREIRA, R. N.; LIMA, P. R. S.; QUEIROZ, A.; SOUZA, A. A.; TEODÓSIO, A. S. S.; VELOSO, L. H. M.; VENTURA, E. C. F. **Ética e Responsabilidade Social nos Negócios**. São Paulo: Saraiva, 2002.



RELISE

87

ALMEIDA, F. **Os desafios da sustentabilidade**: uma ruptura urgente. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.

ÁVILA, L. V.; MADRUGA, L. R. R. G.; SOARES, I. T. D.; GRELLMANN, C. P.; MAZZA, V. **Obstáculos internacionais de inovação e sustentabilidade em universidades**. In: FÓRUM INTERNACIONAL CONECTA PPGA, 2., 2016, Santa Maria. **Anais...** Santa Maria: UFSM, 2016. Disponível em: <<http://forumconecta.com.br/anais/arquivos/artigos/CON139.pdf>>. Acesso em: 15 abr. 2017.

BARBIERI, J. C. **Gestão ambiental empresarial**: conceitos, modelos e instrumentos. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2007.

BARBIERI, J. C.; VASCONCELOS, I. F. G.; ANDREASSI, T.; VASCONCELOS, F. C. Inovação e sustentabilidade: novos modelos e proposições. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 50, n. 2, p. 146-154, abr/jun. 2010.

BOFF, L. **Sustentabilidade**: o que é – o que não é. Rio de Janeiro: Vozes, 2012.

\_\_\_\_\_. **Caderno de debate da Agenda 21**: ética e sustentabilidade. Brasília: MMA, 2006. Disponível em: <[http://www.mma.gov.br/estruturas/agenda21/arquivos/CadernodeDebate\\_s10.pdf](http://www.mma.gov.br/estruturas/agenda21/arquivos/CadernodeDebate_s10.pdf)>. Acesso em: 10 mai. 2017.

CMMAD (Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento). **Nosso futuro comum**. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 1991.

CRESWELL, J. W. **Projeto de pesquisa**: métodos qualitativo, quantitativo e misto. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.

DUARTE, F. P. Barriers to sustainability: an exploratory study on perspectives from brazilian organizations. **Sustainable Development**, v. 23, p. 425–434, 2015.

ELKINGTON, J. **Sustentabilidade** – Canibais com garfo e faca. São Paulo: Makron Books, 2001.

FERNANDEZ, F. A. S. **O poema imperfeito**: crônicas de Biologia, conservação da natureza, e seus heróis. 2. ed. Curitiba: UFPR, 2004.



RELISE

GARCIA, B. G. **Responsabilidade social das empresas**: a contribuição das universidades. São Paulo: Peirópolis, 2006.

GIFFORD, R. Psychology's essential role in climate change. **Canadian Psychology**, 49, p. 273-280, 2008.

IGLESIAS, F.; CALDAS, L. S.; RABELO, L. A. T. Negando ou subestimando problemas ambientais: barreiras psicológicas ao consumo responsável. **Psico**, Rio Grande do Sul, v. 45, n. 3, p. 377-386, jul/set. 2014.

INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS. **Portal do IBAMA**. Disponível em: <<http://www.ibama.gov.br/institucional>>. Acesso em: 30 abr. 2017.

JACOBI, P. Educação ambiental, cidadania e sustentabilidade. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 118, p. 189-205, mar. 2003.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MENEZES, U. M.; GOMES, A. F.; DANTAS, M. Z. Sustentabilidade e seus Benefícios: **Práticas e ações sustentáveis desenvolvidas em empresas do distrito industrial dos Imborés**. In: **Semana do Administrador do Sudoeste da Bahia (SEMAD), XVIII**, 2016, Vitória da Conquista. **Anais...** Vitória da Conquista: UESB, 2016. Disponível em: <<http://www.uesb.br/eventos/semad/trabalhos/EAE010.pdf>>. Acesso em: 28 jun. 2017.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Portal do MMA**. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/responsabilidade-socioambiental>>. Acesso em: 30 abr. 2017.

MUCELIN, C. A.; BELLINI, M. Lixo e impactos ambientais perceptíveis no ecossistema urbano. **Sociedade & Natureza**, Uberlândia, v. 20, n. 1, p. 111-124, jun. 2008.

NASCIMENTO, L. F. **Gestão ambiental e sustentabilidade**. Brasília: CAPES/UAB, 2012.

ODUM, E.P.; BARRETT, G.W. **Fundamentos de ecologia**. São Paulo: Thomson Learning, 2007



RELISE

89

PITTON, S. E. C. Prejuízos ambientais do consumo sob a perspectiva geográfica. In: ORTIGOZA, S. A. G.; CORTEZ, A. T. C. (organizadoras). **Da produção ao consumo**: impactos socioambientais no espaço urbano. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009.

RORATO, B. Barreiras de implantação de uma gestão organizacional orientada à responsabilidade social corporativa e sustentabilidade. **International Journal of Business & Marketing (IJBMT)**, Porto Alegre, v. 1, n. 1, p. 61–70, 2015.

SACHS, I. **Estratégias de transição para o século XXI**: desenvolvimento e meio ambiente. São Paulo: Studio Nobel/Fundap, 1993.

\_\_\_\_\_. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. 3. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

SOUZA, M. T. S.; RIBEIRO, H. C. M. Sustentabilidade Ambiental: uma meta-análise da produção brasileira em periódicos de administração. **Revista de Administração Contemporânea**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 3, p. 368-396, maio/jun. 2013.

TEIXEIRA, M. G. C.; AZEVEDO, L. P. A agenda ambiental pública: barreiras para a articulação entre critérios de sustentabilidade e as novas diretrizes da administração pública federal brasileira. **Revista eletrônica de administração**, Porto Alegre, vol.19, n.1, p.139-164, 2013.

YIN, Robert K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. Porto Alegre: Bookman, 2005.